

TÁRSIS NAMETALA SARLO JORGE

Natural de Niterói, RJ, sendo especialista e Mestre em Direito. É professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, da Faculdade de Direito Ministro Evandro Lins e Silva, da Fundação Getúlio Vargas, do IBMEC, da Faculdade de Direito do Centro Universitário do Norte Fluminense, da Fundação Escola Superior da Defensoria do Estado do Rio de Janeiro, bem como da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, além de ministrar palestras e aulas em outras instituições. Exerce o cargo de Procurador Federal da Advocacia Geral da União, sendo palestrante convidado do Centro de Estudos Jurídicos Ministro Victor Nunes Leal, da AGU. Já possui outras duas obras publicadas por esta editora, que obtiveram grande aceitação no mercado: Elementos de Direito Previdenciário - Custeio e Teoria Geral do Direito Previdenciário.

MANUAL DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

(De acordo com a EC 47/05)

Benefícios do RGPS (INSS) e dos Servidores Públicos
(e atuação do Tribunal de Contas)

EDITORA LUMEN JURIS

Rio de Janeiro
2006

351.84(81)
J82m



Sumário

Prefácio

xxiii

LIVRO PRIMEIRO TEORIA GERAL DA SEGURIDADE, ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAIS

TOMO I HISTÓRICO E CONCEITOS ELEMENTARES

Capítulo I - Desenvolvimento da Seguridade Social e Direitos Humanos	3
1. Seguridade Social - Breves Linhas Acerca de seu Desenvolvimento	3
2. Seguridade Social e Risco Social	6
3. Seguridade Social e Direitos Humanos	7
3.1. Legitimação dos Direitos Humanos	9
3.2. Direitos Sociais e Direitos Humanos	11
3.3. Aspectos do Direito Previdenciário que se Enquadram no Conceito de Direitos Sociais Mínimos e, Portanto, dos Direitos Humanos Sociais	13
4. Seguridade Social, Previdência e Assistência	14
Capítulo II - Conceitos Básicos de Previdência e Assistência Social	19
5. Esquemas Bismarckianos e Beveridgeanos	19
6. A Conveniência da Assistência Social	21
7. Descobertura previdenciária e assistência social	22
7.1. O Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS	22
8. Sistemas de Financiamento	23
8.1. Capitalização versus Repartição	24
9. Os Planos de Benefícios	27
9.1. Planos de Benefício Definido	27
9.2. Planos de Contribuição Definida	28
9.3. Planos de Contribuição Variável (mistos)	28
Capítulo III - Reformas Previdenciárias	31
10. Reformas Previdenciárias	31

351.84(81)
J82m



TOMO II
PRINCÍPIOS E FONTES DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Capítulo I - Teoria Geral dos Princípios	43
1. Princípios - Linhas Gerais	43
Capítulo II - Princípios em Espécie	47
2. Princípio da Bipolaridade da Previdência Social	47
3. Princípio da Universalidade da Cobertura	48
4. Princípio da Inclusão Previdenciária	50
5. Princípio da Flexibilização do Direito Previdenciário, ou da Flexibilização para a Inclusão	51
6. Princípio da Multipilaridade	53
7. Princípio da Seletividade e da Distributividade	60
8. Princípio da Solidariedade	62
9. Princípio da Equidade	62
9.1. Princípio da Equidade entre as Gerações ou Intergeracional	63
9.2. Princípio da Equidade Intrageracional de Classes	65
9.3. Princípio da Equidade Intrageracional de Gêneros	68
9.4. Princípio da Equidade Individual	69
10. Princípio da Unidade	71
11. Princípio da Unidade Administrativa	72
12. Princípio do Equilíbrio Financeiro e Atuarial	74
13. Princípio da Preservação do Valor Real dos Benefícios	75
14. Princípio da Equivalência entre os Benefícios Rurais e Urbanos	75
15. Princípio da Legalidade e a Questão das Fontes do Direito Previdenciário	76
16. Princípio da Anterioridade Especial ou Nonagesimal	78
17. Princípio da Diversidade da Base de Financiamento	78
18. Princípio do Tríplice Custeio	78
19. Princípio da Compreensividade e da Suficiência das Prestações Previdenciárias	79
19.1. Quanto à Compreensividade	79
19.2. Quanto à Suficiência	80
20. Princípio do Caráter Democrático e Descentralizado da Administração	80
21. Princípio do Orçamento Diferenciado	80
22. Princípio do in dubio pro operário	81
23. Princípio da Condição mais Benéfica	84
24. Princípio da Promoção da Poupança Nacional	85
25. Princípio da Imunidade à Ingerência Estatal e Política	85
26. Princípio da Transparência Fiscal na Previdência	86

351.84(81)
J82m



TOMO III
RELAÇÕES JURÍDICAS NO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Capítulo I - Noções Introdutórias	91
1. Linhas Gerais sobre Relação Jurídica	91
2. Pluralidade de Relações Jurídicas no Direito Previdenciário - as Teorias Unitária e Escisionista	92
2.1. Relações Jurídicas Previdenciárias e Assistenciais	93
2.2. Sujeitos das Relações Jurídicas Previdenciárias de Benefícios – Segurados e Dependentes	94
3. Relações Jurídicas de Afiliação e de Proteção	96
4. O Sinalagma no Direito Previdenciário	98
 Capítulo II - Qualidade de Segurado e Carência	 105
5. A Qualidade de Segurado	105
6. Qualidade de Segurado e Carência	106
7. Manutenção Ordinária e Extraordinária da Qualidade de Segurado	107
8. Perda da Qualidade de Segurado e suas Consequências	110
 Capítulo III - Natureza Institucional da Relação Jurídica	 117
9. Natureza Institucional da Relação Jurídica	117
10. Direito Adquirido, Direito Adquirido Fracionado, Ato Jurídico Perfeito e Aplicação da Lei Nova mais Benéfica	120
11. Decadência e Prescrição nas Relações Jurídicas de Benefícios	122
11.1. Decadência	122
11.2. Prescrição	125
11.3. Prescrição do Fundo de Direito	125
11.4. Prescrição na Matéria Acidentaria	126
11.5. Prescrição para o INSS Rever seus Atos	126
12. Obrigações Resultantes das Relações Jurídicas de Benefícios	126
 Capítulo IV - Sujeitos das Relações Jurídicas - Segurados e Dependentes	 129
13. Segurados	129
13.1. Sujeitos da Relação Jurídica de Filiação - os Segurados e os Dependentes	129
13.1.a. Noções Gerais Acerca da Figura dos Segurados	130
13.1.1. Análise Tópica da Figura de Alguns Segurados	130
13.1.1.1. Agentes Políticos	130
13.1.1.1.1. A Lei na 9.506, de 30 de outubro de 1997	130
13.1.1.1.2. Advento da EC 20/98	132
13.1.1.1.3. Entendimento do STF	135

351.84(81)
J82m



13.1.1.2. Segurado Empregado Servidor Público Ocupante de Cargo em Comissão Sem Vínculo Efetivo com a Administração (art. 40, parágrafo 13, da CRFB e art. 12,1, "g", da Lei na 8.212/91)	140
13.1.1.3. Segurado (previsto no art. 13, caput, da Lei na 8.212/91) Ocupante de Cargo Efetivo de Entidade Federativa sem Regime Próprio de Previdência	142
13.1.1.4. Médicos-Residentes	142
13.1.1.5. Preso	149
13.1.1.6. Titular de firma individual	149
13.1.1.7. Diretor não Empregado de Sociedade Anônima	151
13.1.1.8. Membro de Conselho de Administração de Sociedade Anônima	153
13.1.1.9. Sócio-Administrador e Sócio-Cotista Remunerados com Pró-labore	153
13.1.1.10. Segurado Obrigatório Contribuinte Individual Associado Eleito para Cargo de Direção em Cooperativa	155
13.1.1.11. Segurados Contemplados no art. 201 Parágrafo 12 da Constituição, com Redação dada pela EC 47/05.	155
13.1.1.12. Segurado Especial Rural	155
13.2. Considerações sobre as Figuras Remanescentes de Segurados	166

LIVRO SEGUNDO - PARTE ESPECIAL BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA

TOMO I DA APOSENTADORIA

Capítulo I - Teoria Geral da Aposentadoria	171
1. Linhas Gerais	171
2. Fundamentos da Aposentadoria	173
3. Força de Trabalho: Utilização, Desgaste e Proteção	173
4. Força de Trabalho: Tempo de Serviço e Tempo de Contribuição	174
5. Questões Inconclusas Acerca do "Tempo Fictício" (1): Demissão e Reintegração de Empregado Estável	175
5. Questões inconclusas acerca do tempo fictício (2): Afastamento do Empregado Estável para Fins de Inquérito de Apuração de Falta Grave	177
5. Questões Inconclusas Acerca do Tempo Fictício (3): Greve e Dias Parados	177
5. Questões Inconclusas Acerca do Tempo Fictício (4): Dissolução	

351.84(81)
J82m



Parcial de Sociedade e Exclusão de Sócio	178
6. Risco e Proteção Social: Velhice, Incapacidade e Aposentadoria	179
7. Natureza da Prestação Previdenciária da Aposentadoria	184
8. Evolução do Instituto da Aposentadoria	185
9. Aposentadoria e Desaposentação	191
10. Aposentadoria e Retorno ao Trabalho	196
11. Aposentadoria e Cumulação com Outros Benefícios	198
Capítulo II - Da Aposentadoria no Regime Geral de Previdência Social	201

Item Primeiro Aposentadoria por Idade

12. Linhas Gerais	201
13. Requisitos Específicos	201
14. Risco Social e Evento Determinante	202
15. Aposentadoria, Qualidade de Segurado e Carência	202
16. Renda Mensal Inicial da Aposentadoria por Idade - RMI	204
17. A Data de Início do Benefício - DIB	205
18. Aposentadoria por Idade do Rurícola	205
19. Aposentadoria e Contrato de Trabalho	206

Item Segundo: Da Aposentadoria por Tempo de Serviço e por Tempo de Contribuição

20. Linhas introdutórias	207
21. Ainda Linhas Introdutórias: Situação Atual da Aposentadoria por Tempo de Serviço	207
22. Requisitos Específicos, Renda Mensal Inicial e dib	207
23. A Mutação: Tempo de Serviço/Tempo de Contribuição	213
24. A Regra Prevista na Lei 9.876/99	214
25. O Fator Previdenciário	214

Item Terceiro Aposentadoria Especial

26. Conceito e Fundamentação	215
------------------------------	-----

**351.84(81)
J82m**



Subitem Primeiro
Aposentadoria Especial por Exposição a Agentes Nocivos

27. Histórico	218
28. Estágio Atual	220
29. Espécies de Agentes Nocivos que Podem Ensejar Aposentadoria Especial	221
30. Comprovação da Atividade Especial (1) Laudo Técnico e o Formulário Dirben 8030	225
31. Comprovação da Atividade Especial (2) - Perfil Profissiográfico Previdenciário	226
32. Ausência do Requisito de Idade Mínima	227
33. Conceito de Trabalho Permanente - não Ocasional ou Intermitente	227
34. A Exposição ao Agente Nocivo e a Utilização dos Equipamentos de Proteção	228
35. Segurados Excluídos da Aposentadoria Especial	228
36. Conversão de Períodos	229
36.1. Princípio de que a Lei que Rege o Tempo de Serviço é Aquela em Vigor quando da Prestação Daquele Serviço - Adaptação do Tempus Regit Actum	229
36.2. Conversão de Tempo de Aposentadoria Especial do RGPS para o RPPS - Contagem Recíproca	231
36.3. Conversão de Tempo Especial para Tempo Especial	232
36.3. Conversão de Tempo Comum em especial	233
36.4. Conversão de Tempo Especial em Comum	233
37. Carência	236
38. Renda Mensal Inicial	236
39. Retorno ao Trabalho	236

Subitem segundo
Aposentadoria Especial do Professor

40. Análise da Aposentadoria Especial do Professor	237
--	-----

Subitem Terceiro
Outras Aposentadorias Especiais no RGPS

41. Anistiado político	238
------------------------	-----

351.84(81)
J82m



42. Ex-Combatente - Pensão do RGPS	239
43. Ferroviário	239
44. Aeronauta	240
45. Telefonista	241
46. Atleta Profissional de Futebol	241
47. Jornalista Profissional	242
48. Soldado da Borracha - Seringueiro	242
49. Juizes Classistas da Justiça do Trabalho e Juizes da Justiça Eleitoral	242
50. Observação Final do Subitem: a Revogação dos Regimes Diferenciados e a Conversão do Tempo de Serviço	242

Item Quarto **Aposentadoria por Invalidez**

51. Conceito e Fundamentação	243
52. Qualidade de Segurado e Carência	243
53. Efeitos no Contrato de Trabalho	243
54. Pressuposto - os Limites da Incapacidade para Configuração do Direito a Aposentadoria por Invalidez	244
55. Questões Processuais Pertinentes	247
56. Carência	248
57. Data de Início do Benefício - dib	248
58. Renda Mensal Inicial	248
59. Retorno Clandestino ao Trabalho	248
60. Retorno ao Trabalho por Recuperação	248

TOMO II **DA PENSÃO POR MORTE**

Capítulo Único	251
1. Linhas Gerais e Introdutórias	251
2. Carência	251
3. Risco Social e Evento Determinante	251
4. Instituidor e Receptor para Efeitos de Pensão por Morte	252
4.1. Instituidor	252
4.2. Receptores	254
5. Direito Intertemporal nas Pensões por Morte	255
5.1. Linhas gerais	255
5.2. Pessoa Designada e Menor sob Guarda	255
5.3. Filhos e Irmãos Maiores de 18 anos após o Novo Código Civil	256
5.4. Pensão para Companheiro (homem) e Marido não Inválido	

351.84(81)
J82m



após a Carta de 1988 e antes da Lei 8.213/91	256
5.5. Revisão das Quotas de Pensão - Antinomia Aparente de Princípios	257
6. Sucessão na Pensão por Morte	259
6.1. Sucessão na Pensão por Morte e o Direito Intertemporal	259
7. Prescrição e Decadência e Pensionista Menor	260
9. Cumulação de Aposentadoria e Pensão por Morte	260
10. Cumulação de mais de uma Pensão por Morte	260
11. Cumulação de Pensão Rural com Aposentadoria Urbana	262
12. Valor da Pensão por Morte	262
13. Concessão da Pensão por Morte Independentemente dos Demais Dependentes	263
14. Data de Início do Benefício - DIB	264
15. Considerações Finais Acerca da Pensão por Morte	264

TOMO III SALÁRIO-MATERNIDADE

Capítulo Único	267
1. Linhas Gerais	267
2. Salário-Maternidade e Estabilidade da Gestante Empregada	267
3. Seguradas Contempladas	268
4. Qualidade de Segurada	268
5. Carência	268
5.1. Carência para Seguradas Empregada, Empregada Doméstica e Trabalhadora Avulsa	268
5.2. Carência para as Seguradas Contribuinte Individual e Facultativa	269
5.3. A EC 47/05	270
5.4. Carência para a Segurada Especial	271
6. Concessão do Benefício para a Segurada Desempregada	272
7. Renda do Benefício	273
8. O Salário-Maternidade Enquanto Salário-de-Contribuição	274
9. Quem Deve Pagar o Salário-Maternidade	276
10. Início e Fim do Benefício	277
11. Salário-Maternidade da Segurada com mais de um Vínculo	277
12. Salário-Maternidade e Abono Anual	277
13. Salário-Maternidade da Aposentada	278
14. Cumulação de Salário-Maternidade com outros Benefícios	278
15. Salário-Maternidade, Abortamento do Feto, Parto de natimorto, Parto Bem-Sucedido com Morte em Seguida da Criança	278
16. Data Final do Benefício	279

351.84(81)
J82m



TOMO IV
AUXÍLIO-DOENÇA

Capítulo Único	283
1. Linhas Gerais	283
2. Segurados Abrangidos	283
3. Risco Social Protegido	283
4. Distinções com a Aposentadoria por Invalidez	283
5. Incapacidade e Segurado que Exerce mais de uma Atividade Concomitante	284
6. Preexistência: Doença, Lesão e Incapacidade	285
7. Carência	286
8. Valor do Benefício	287
9. Data de Início da Doença (DID) e Data de Início da Incapacidade (DII)	288
10. Data de Início do Benefício (DIB)	288
10.1. A DIB no Caso de Requerimento Posterior a 30 dias	288
10.2. A DIB no Caso de Recidiva do Segurado	289
11. Ônus do Segurado no Gozo do Benefício	289

TOMO V
AUXÍLIO-ACIDENTE

Capítulo Único	293
1. Carência	293
2. Natureza	293
3. Segurados Contemplados	293
4. Risco Social e Evento Determinante	293
5. DIB	295
6. Renda Mensal do Benefício	295
6.1. Renda Mensal do Benefício e Aplicação do Princípio da Condição mais Benéfica	295
7. Suspensão do Benefício	296
8. O Auxílio-Acidente como Salário-de-Contribuição	296
9. Cumulação com outros Benefícios	297
10. Auxílio-Acidente e Perda da Capacidade Auditiva	298
11. Auxílio-Acidente e Desemprego	298
12. Auxílio-Acidente e Abono Anual	299
13. Auxílio-Acidente e Auxílio Suplementar	299

351.84(81)
J82m



TOMO VI
SEGURO -DESEMPREGO

Capítulo Único	303
1. Linhas Introdutórias	303
2. Configuração da Proteção em Face do Desemprego na Constituição de 1988	303
3. Risco Social Protegido e Evento Determinante	303
4. Configuração do Benefício na Legislação Ordinária	304
5. Carência	304
6. Prazo do Benefício	305
7. Prazo para Requerimento	305

TOMO VII
AUXÍLIO -RECLUSÃO

Capítulo Único	309
1. Linhas Gerais	309
2. Risco Social e Evento Determinante	309
3. Carência	310
4. Qualidade de segurado (1)	310
4. Qualidade de segurado (2)	310
4. Qualidade de segurado (3) - segurado de baixa renda	311
5. Data de Início	311
6. Dependentes	311
7. Extinção	311
8. Espécies de Pena e Regimes de Cumprimento	312
9. Regras do Regime Fechado e Semi-Aberto	313
10. Os Regimes Fechado e Semi-aberto e a questão do trabalho do preso	313
11. Remição	319
12. Regras do Regime Aberto	319
13. Regime Especial	320
14. Progressão de Regimes	320
15. Prisão Definitiva	322
16. Livramento Condicional	322
16.1. Requisitos para o Livramento Condicional	323
16.2. Requisitos Objetivos do Livramento Condicional	323
16.3. Requisitos Subjetivos do Livramento Condicional	324
17. Renda Mensal Inicial	325
18. Suspensão do Benefício e Contagem de Tempo	325
19. Cumulação de Benefícios	325

351.84(81)
J82m



LIVRO TERCEIRO
ACIDENTES DE TRABALHO

TOMO ÚNICO
ACIDENTE DO TRABALHO

Capítulo I - Acidente de Trabalho	329
1. Linhas Gerais	329
2. Evolução do tratamento legislativo do tema	330
3. Evolução do tratamento doutrinário do tema	330
4. Proteção Social e Evento Determinante - Perda, Absoluta ou Relativa e/ou Redução, Total ou Parcial, da Capacidade Laborativa	331
5. Segurados Abrangidos pela Proteção ao Acidente do Trabalho	332
6. Carência	332
7. Acidente de Trabalho e Perda da Qualidade de Segurado	333
8. Tipos de Acidente de Trabalho	333
9. Tipos de Acidente de Trabalho (1) o Acidente-Tipo	333
9. Tipos de Acidente de Trabalho (2) Doença Profissional (Tecnopatia) e Doença do Trabalho (Mesopatia)	333
9. Tipos de Acidente de Trabalho (3) Acidentes por Equiparação	334
10. O Art. 21, Inciso I	334
11. Paralelo entre os Incisos I e II do Art. 21 da Lei 8.213/91	335
12. Os Incisos I e II do art. 21 e a Concausa	336
13. O Inciso IV do Art. 21 (e seu Parágrafo 1º)	336
14. O Parágrafo 2º do Art. 21	336
15. A Questão das Concausas	337
16. Doenças Excluídas do Rol	338
17. Estabilidade do Empregado Acidentado	338
18. Comunicação de Acidentes de Trabalho e Outras Obrigações	339
19. Benefícios Acidentários	340
20. Questões Judiciais	340
 Capítulo II - Benefícios e Serviços Acidentários	 341
21. Linhas Gerais	341
22. Regime Anterior - Renda Mensal Inicial	341
23. Regime Atual - Lei 9.032/95	341
24. O Salário-de-Benefício dos Benefícios Acidentários e a Ausência de Carência	341
25. Auxílio-Doença Acidentário	342
26. Auxílio-Acidente Acidentário	342
27. Aposentadoria por Invalidez Acidentária	342

351.84(81)
J82m



28. Pensão por morte em virtude de acidente	342
29. Reabilitação Profissional	342

LIVRO QUARTO
REVISÃO DOS VALORES DOS BENEFÍCIOS

TOMO ÚNICO
ANÁLISE TÓPICA DE QUESTÕES DISCUTIDAS ACERCA DA
REVISÃO DOS VALORES DOS BENEFÍCIOS

Capítulo Único - Análise Tópica de Questões Discutidas Acerca da Revisão dos Valores dos Benefícios	345
1. Noções Introdutórias	345
2. O Primeiro Reajuste	346
3. Do Salário-de-Contribuição ao Salário-de-Benefício	347
4. Questões Envolvendo o Reajuste dos Valores dos Salários-de- Contribuição	348
5. Questões de Direito Monetário	348
6. O IPC e a URP	351
6.1. O IPC	351
6.2. A URP	353
7. Salário Mínimo de Referência	356
8. Da Aplicação do Art. 58 do ADCT e da Súmula 260 DO TFR - A Questão do Denominado "Buraco Negro"	358
8.1. Da Súmula 260 do Tribunal Federal de Recursos	358
8.2. Do Art. 58 do ADCT	362
8.2.1. Ainda o Art. 58 do ADCT - O Reajuste de 147,06% de Setembro de 1991	369
8.2.2. Ainda o Buraco Negro	373
9. O IGPD-I de 1996 a 2001	374
9.1. O reajuste de 1996	374
9.2. Os Reajustes de 1997 a 2001	375
10. Os 39,67%	380
11. Da Conversão em URV	385

LIVRO QUINTO
PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO E TRIBUNAL DE CONTAS

TOMO I
APOSENTADORIAS, PENSÕES POR MORTE NO REGIME PRÓPRIO DE
PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS E SUA PREVIDÊNCIA
COMPLEMENTAR

351.84(81)
J82m



Capítulo I - Aposentadoria do Servidor Público	389
1. Linhas Gerais - Natureza Previdenciária	389
2. Aspectos Constitucionais: a EC 20/98 e uma "Nova Ordem Constitucional"	389
3. Natureza Previdenciária e a Cassação de Aposentadoria	390
4. Características Atuais do Regime de Aposentadorias dos Servidores	392
5. Tempo de Serviço e Tempo de Contribuição: Tempo para aposentadoria	392
6. Tempo para Aposentadoria (1) Tempo Posterior à entrada no regime próprio	392
6. Tempo para Aposentadoria (1) Tempo Posterior à Entrada no Regime Próprio (1) Afastamentos, Licenças e Ausências Contadas como de Efetivo Exercício	393
6. Tempo para Aposentadoria (2) tempo 'Contado em Dobro'	393
7. Tipos de Aposentadorias	394
8. Apuração do Tempo de Serviço	394
9. Apuração do Salário-de-Contribuição do Servidor	395
10. Aposentadoria e Estágio Probatório	398
11. Acumulação de Proventos de Aposentadoria	398
Capítulo II - Aspectos Específicos das Aposentadorias do Servidor Público	401
12. Servidores com Direito Adquirido até a EC 20/98	401
12.1. Aposentadoria Voluntária com Proventos Integrais	401
12.2. Aposentadoria Voluntária com Proventos Proporcionais	401
12.3. Aposentadoria por Idade, com Proventos Proporcionais	401
12.4. Aposentadoria por Invalidez com Proventos Integrais	401
12.5. Aposentadoria por Invalidez com Proventos Proporcionais	402
12.6. Aposentadoria Compulsória com Proventos Proporcionais	402
13. Servidores com Direito Adquirido até a EC 20 - Casos Diferenciados	402
13.1. Magistrados	402
13.2. Juizes Temporários do Poder Judiciário da União	402
13.3. Voluntária com Proventos Integrais	402
13.4. Voluntária com Proventos Proporcionais	403
13.5. Por Invalidez com Proventos Integrais	403
13.6. Por Invalidez com Proventos Proporcionais	403
13.7. Compulsória com Proventos Proporcionais	403
13.8. Aspectos Remanescentes	403
14. Ainda as Regras por Direito Adquirido antes da EC 20/98 – Membros do Ministério Público	404

351.84(81)
J82m



14.1. Aposentadoria Facultativa ou Compulsória, ou por Invalidez, com Proventos Integrais	404
14.2. Aposentadoria por Idade, com Proventos Proporcionais	404
14.3. Aposentadoria Voluntária com Proventos Proporcionais para o Sexo Feminino	405
15. Ainda as Regras pelo Direito Adquirido até a EC 20/98 – Professores	405
15.1. Voluntária com Proventos Integrais	405
16. Ainda as Regras pelo Direito Adquirido até a EC 20/98 – Policiais	405
16.1. Voluntária com Proventos Integrais	405
16.2. Compulsória com Proventos Proporcionais	405
17. Ainda as Regras pelo Direito Adquirido - Membros da Diplomacia Brasileira	405
17.1. Lei Complementar 21/74	406
17.1.1. Compulsória com proventos integrais	406
17.2. Lei Complementar 34/78	406
17.3. A Constituição de 1988	406
Capítulo III - Normas de Transição	407

Item 1

Observações preliminares - Emenda Constitucional 20/98

18. Observações	407
19. Outras Observações - Obrigatoriedade das Regras de Transição	407

Item 2

Aposentadoria Voluntária Integral e Proporcional — EC 20/98, EC 41/03 e EC 47/05

20. Servidores que Tinham Direito Adquirido à Aposentadoria até a EC 20/98	409
21. Segurados Contemplados	409
22. Requisitos para a Concessão do Benefício	409
23. Renda Mensal Inicial e Revisão dos Benefícios	411
24. Tabela	412
25. As Regras de Transição da EC 20/98 - Servidores que Adquiriram o Direito à Aposentadoria entre a EC 20/98 e a EC 41/03, Complementada pela EC 47/05	414
26. Segurados Contemplados	414
27. Servidores que Adentraram no Sistema Anteriormente à	

351.84(81)
J82m



EC 41/03 mas que não Conseguiram Reunir os Requisitos para Aposentadoria até sua Edição	418
28. Servidores que Adentraram no Sistema após a EC 41/03	419
Capítulo IV - Pensões por Morte no Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos	421
29. Linhas Gerais	421
30. Valor das Pensões e Contribuição Previdenciária dos Pensionistas	421
31. Dependentes nas Pensões por Morte no RPPS	422
Capítulo V - Regime de Previdência Complementar dos Servidores	423
32. Análise	423

TOMO II
 ATRIBUIÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS QUANTO AS
 APOSENTADORIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
 SERVIDORES PÚBLICOS

Capítulo Único	427
1. Linhas Gerais	427
2. Breve Histórico dos Tribunais de Contas e do Controle por eles Exercido	427
3. A posição do Tribunal de Contas na Organização dos Poderes do Estado	429
3.1. Tripartição de Poderes	429
3.2. Poder Executivo	429
3.3. Poder Judiciário	429
3.4. Poder Legislativo	431
4. Da Organização do Tribunal de Contas	432
5. Composição e Modelo Federal	433
6. Competência dos Tribunais de Contas quanto às Aposentadorias dos Servidores Públicos Regidos por Regime Próprio	435
6. Os Tribunais de Contas e as Aposentadorias (1 - Limites da Apreciação da Corte de Contas)	435
6. Os Tribunais de Contas e as Aposentadorias (2 - Limites do Caráter Determinativo das Recomendações das Cortes de Contas)	438
7. Competência da Administração e do Tribunal de Contas na Revisão dos Benefícios dos Servidores (1 - Anulação ou Revogação)	440
7. Competência da Administração e do Tribunal de Contas na Revisão dos Benefícios dos Servidores (2 - Reenquadramentos e	

351.84(81)
J82m



Alteração de Valores)	440
8. Competência do Tribunal de Contas para Revisão de Ofício dos seus Atos de Registro	441
9. Parcelas de Proventos Decorrentes de Decisões Transitadas em Julgado e o Tribunal de Contas	441
10. Ampla Defesa e Contraditório nos Procedimentos Operados Perante o Tribunal de Contas	441
Referências Bibliográficas	445

351.84(81)
J82m

